



Intervenção Ministro do Trabalho Solidariedade e Segurança Social

Estado da Nação - 10/07/2019

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados

O Estado da Nação não pode ser medido senão em torno daquilo que é o bem-estar das mulheres e homens que a fazem existir.

E nas nossas sociedades o nível de bem-estar não pode ser avaliado sem deixar de considerar no seu centro o emprego que existe e o emprego que falta. Certo que outros fatores desempenham um papel muito importante, mas quase todos eles se fragilizam quando a economia e a sociedade falham na criação de emprego.

E a realidade dos factos é indiscutível:

De facto, existem hoje mais 350 mil empregos do que no início desta legislatura.

Alguns dirão que são apenas números que não nos mostram a realidade toda. É verdade, mas estes números também querem dizer que existem menos 279 mil mulheres e homens na situação de desemprego, menos muitos milhares de famílias sem rendimentos do trabalho, mais milhares de cidadãos em idade ativa que voltaram a acreditar que tinham a possibilidade de aceder ao direito ao trabalho.

Mas o emprego que hoje temos também se traduziu no mais poderoso elemento de recuperação da coesão social e da coesão territorial.

Porque são menos 230 mil os desempregados de longa duração e mais 50 mil os empregos jovens que existem.

Porque diminui em 127 mil mulheres o desemprego feminino e aumentou em 311 mil o trabalho a tempo completo, segundo os dados do INE.

Porque o desemprego diminui em todo o território nacional.

Em todas as regiões do nosso país a taxa de desemprego entre 30 e 50%.



Esta também é a realidade do Estado na Nação.

Sim ao contrário do que profetizava a direita em 2015, esta maioria e este governo não aumentaram o desemprego, antes ajudaram a criar, como nunca em tão curto espaço de tempo, centenas de milhares de postos de trabalho.

Sim, ao contrário do compromisso escrito do governo da direita que previa em 2015 uma taxa de 11,1% para o desemprego de 2019, ele é de 6.6 % e só nessa diferença estão mais de 232 mil empregos.

Não é uma diferença pequena.

Aliás, dizia a direita mesmo, em 2015, que as opções políticas deste governo levariam, cito, “ a mais do que um erro político, a um retrocesso estratégico” e a um “longo período de estagnação e desemprego”.

A verdade da criação é a diferença que conta, talvez não seja a única, mas é seguramente das que mais conta.

E este emprego foi criado pela economia ao mesmo tempo que subimos o Salário Mínimo para o seu valor real mais elevado desde a sua criação.

E ao contrário do que ameaçavam os profetas da direita, este aumento não gerou mais desemprego, não impediu mais contratação, nem sequer impediu o aumento geral dos salários.

A prova evidente deste facto reside na estabilidade do peso dos trabalhadores a receber SMN.

Mas mais relevante ainda é o facto de, entre janeiro e Abril de 2019, o emprego global calculado nas bases de dados da segurança social ter crescido 138 mil trabalhadores em termos homólogos, enquanto o número de pessoas que recebem o salário mínimo cresceu menos de 8 mil.

Cerca de 8%.



Portugal converge também com a média Europeia em indicadores muito concretos.

Homens e mulheres com crianças até 6 anos de idade têm hoje taxas de emprego acima dos 80%.

É também este o estado da nação.

A melhoria da situação no mercado de trabalho não pode dispensar uma recuperação da qualidade e da quantidade da negociação coletiva.

Entre 2015 a 2018 a cobertura de trabalhadores por nova contratação coletiva cresceu 75%. Este ano está a crescer 20% face ao ano passado.

São dados positivos estamos ainda distantes dos valores anterior a 2009 e só com uma forte negociação coletiva responderemos aos desafios do futuro.

Mas estou certo de que 2019 será o melhor ano da contratação coletiva, o que contrasta com anos em que ela foi simplesmente destruída.

Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados

Esta fase de crescimento sem paralelo do emprego em Portugal fez-se, igualmente num quadro de aceleração da melhoria das qualificações: mais de 50% do crescimento do emprego corresponde a trabalhadores com formação superior, mais de 60% com o ensino secundário, tendo naturalmente diminuído o peso dos trabalhadores com formações inferiores.

Estamos, neste domínio, ainda longe do que precisamos, mas estamos a evoluir no caminho certo.

Foi este dinamismo de emprego e salários, fruto da mudança de política que esta maioria e este governo alcançou que mais e melhor proteção social, seja na sua eficácia seja na sua sustentabilidade.

Dessa forma o crescimento das transferências com as pensões do regime da Segurança Social, na legislatura, atingiu mais de 5000 milhões de euros ao longo de toda a legislatura.



Foi para aí eu foi os resultado das contribuições de trabalhadores e empresas.

Tudo isto contrasta com o que a direita dizia em 2015. Nomeadamente a sua Moção de Rejeição a este governo.

Dizia a direita, na altura, na Moção de Rejeição, que a ação deste governo traria “ a descapitalização dos sistemas previdenciais” e “ aventuras no uso dos seus recursos acumulados”.

Senhoras e senhores deputadas, a aventura que a direita falava não se cumpriu.

O que se cumpriu foi o crescimento de todos os valores de todos os mínimos sociais.

Assim foi com o IAS, com o CSI ou com o RSI.

Tal como aconteceu com a criação da Prestação Social para as pessoas com deficiência.

Tal como aconteceu nova política de abono de família beneficiou anualmente cerca de 140 mil crianças e traduziu-se num reforço, na legislatura de cerca de 242 M euros da despesa.

A evolução combinada da situação do mercado de trabalho e da proteção social permitiu dar passos positivos no combate a uma das maiores fragilidades do nosso país: os níveis de desigualdade e de pobreza.

A maior redução da taxa de pobreza dos últimos anos que os dados oficiais mostraram para 2017 foi acompanhada pela redução, também a mais intensa, dos níveis de desigualdade monetária.

A relação os 10% mais ricos e os 10% mais pobres que era de 10.1 em 2015 passou para 8.7 em 2018.

Esta foi a maior redução deste indicador de desigualdade nesta serie estatística.

Esta também é a realidade do Estado na Nação.



A combinação de políticas equilibradas de reforço da proteção social, de melhoria da sustentabilidade da mesma e de alargamento das fontes de financiamento permitiram um reforço substancial do FEFSS.

Não ignoramos a dimensão dos desafios que a evolução demográfica ou o desafio tecnológico e sabemos que mais tem de ser feito para enfrentar esses desafios.

Mas saber que foi possível ultrapassar os 18 mil milhões de ativos do FEFSS em março deste ano é seguramente uma boa notícia.

Saber que as transferências efetuadas no final de 2018 permitirão prolongar o cenário de segurança deste fundo é igualmente positivo.

Mas ainda é mais positivo, afirmar com segurança que até final do ano será possível reforçar o fundo em mais 1.3 mil M euros, que trará uma realidade inédita.

Tal fará seguramente desta legislatura aquela em que mais se reforçou o FEFSS desde a sua existência, provando que, ao contrário do afirmava o coro dos profetas da desgraça, este governo não foi um governo de opções fáceis como se não houvesse amanhã.

Esta também é a realidade do Estado na Nação.

Defrontámos dificuldades diversas áreas da administração do Estado dificuldade.

Estranho é que quem permitiu uma descapitalização brutal do sistema de segurança social, com uma redução de quase 40% dos seus recursos, venha agora queixar-se dos seus efeitos. Mas o governo trabalhou para os resolver e hoje afirmo aqui que o sistema tem uma capacidade de resposta como nunca teve no passado e já foram este ano processadas 93 000 novas pensões em Portugal



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

Esta foi a legislatura que reintroduziu o diálogo social no nosso país, que assumiu o combate pela igualdade e contra a pobreza, que pugnou pelo trabalho digno e pelo aumento da proteção social.

E esse é verdadeiramente o aspeto mais importante do estado da nação.